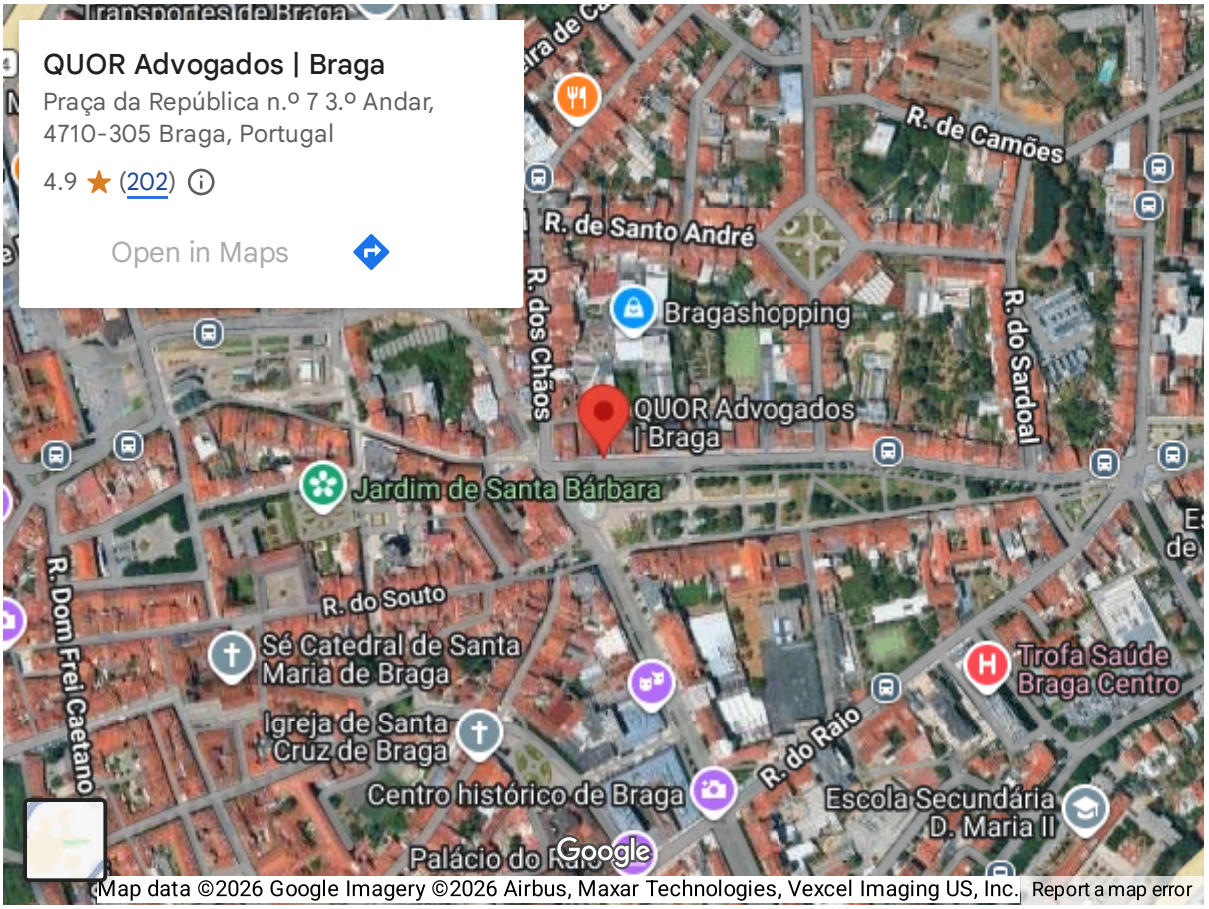
Como escolher um advogado penal em Braga: critérios práticos para decidir bem Escolher um advogado é uma decisão importante, e no processo penal ainda mais, porque o que está em jogo pode ser a liberdade, o registo criminal ou a reparação de um dano grave. Ao mesmo tempo, é uma decisão tomada muitas vezes sob pressão, com pouco tempo e sem saber bem o que procurar. Alguns critérios simples ajudam a escolher um advogado penal em Braga com mais segurança, sem depender apenas de uma recomendação apressada ou de um anúncio. O primeiro critério é a experiência na área. O processo penal tem regras, prazos e dinâmicas próprias, e convém escolher alguém que trabalha com regularidade em processos-crime. Mais do que títulos ou adjetivos, a forma correta de avaliar é perguntar com que tipo de casos o advogado tem experiência e se acompanha processos no tribunal onde o seu corre. A presença regular no Tribunal Judicial *advogado penal* de Braga, por exemplo, traz conhecimento prático do funcionamento local.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

O segundo critério é a transparência sobre custos. Um bom advogado explica, antes de começar, quanto vai custar cada fase ou como são calculados os honorários, e entrega um orçamento claro. Desconfie de quem evita falar de valores ou de quem promete resultados. Um orçamento por escrito, com o que está e não está incluído, evita mal-entendidos mais tarde, sobretudo se o processo passar por várias fases, como inquérito, instrução, julgamento e recurso. Nenhum advogado sério pode *advogado criminalista* prometer uma absolvição ou uma condenação do outro lado, porque a decisão pertence ao tribunal. O que se pode exigir é rigor, preparação e honestidade sobre as hipóteses reais. O terceiro critério é a comunicação. Num processo que pode durar meses ou anos, é essencial saber com quem se fala, quanto tempo demoram as respostas e se as explicações são compreensíveis. Um advogado penal que fala em linguagem clara, sem jargão, e que acompanha o processo pessoalmente do início ao fim, poupa ao cliente muitas dúvidas e ansiedade. Vale também a pena verificar a inscrição na Ordem dos Advogados e ler as avaliações públicas de outros clientes. Na QUOR Advogados, em Braga, estes critérios são compromissos assumidos publicamente: resposta em 24 horas úteis, orçamento claro antes de avançar, linguagem sem jargão, acompanhamento contínuo pelo mesmo advogado e sigilo profissional. O escritório tem uma avaliação de 4,9 no Google e foi referido em órgãos como o Correio do Minho, o Jornal de Notícias e o Público. A melhor forma de avaliar é conversar. Marque uma consulta inicial de 70€, presencial na Praça da República ou online por videochamada, sem compromisso de prosseguir. Ligue para o +351 939 709 888.

QUOR Advogados | Braga Address: Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga Phone: +351 939 709



888 FAQ: Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.